

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

As origens do culto de S. Vicente de Lisboa: fragmento litúrgico medieval

AIRES A. NASCIMENTO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

As origens do culto de S. Vicente de Lisboa: fragmento litúrgico medieval

AIRES A. NASCIMENTO

1. A 22 de Janeiro, a Igreja de Lisboa celebra a festa de S. Vicente, seu patrono principal. A solenidade litúrgica costuma ter, na catedral, a presença das autoridades civis, encabeçadas pelo Presidente da Câmara, com isso querendo significar-se que a comunidade humana da cidade se revê no culto prestado ao santo desde o dia em que assuas relíquias deram entrada no perímetro dos seus muros.



Importará dividir águas e não misturar o que é distinto. A festa da cidade pertencia a outra data do ano, comemorativa do acolhimento feito às relíquias de S. Vicente. Era o dia 15 de Setembro de 1173, como assinala a fonte mais antiga que chegou até nós.¹ Assim foi ela celebrada ao longo de séculos, mas, por apagamento da memória ou por outras vicissitudes (talvez devido à eliminação das festas particulares, em favor das festas da liturgia comum), as duas comemorações convergiram na festa litúrgica de Janeiro.

Entretanto, quase se perdeu a data de origem e, por concessão de crédito a uma fonte inquinada (que é a edição de Duarte Nunes de Leão, de 1610²), correu-se o risco de transferir o momento da chegada das relíquias para outro tempo, esquecendo o registo da memória primitiva.³

Tem faltado discernimento bastante para entender o texto que lhe serve de base, ultrapassando o que, por concisão ou por estratégia, foi omitido. Não nos iremos demorar na análise do relato mais antigo que pertence ao chantre da catedral de Lisboa, Mestre Estêvão, pois isso não caberia no tempo admitido para esta comunicação à Academia. Baste-nos aqui datar esse texto de antes de 1185, pois o rei D. Afonso Henriques ainda está vivo (como o prólogo pressupõe), mas não é de 1173, pois nessa data outro era o chantre da catedral, como se refere no próprio relato.⁴

¹ Aires A. Nascimento (com a colaboração de Saul A. Gomes), *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Câmara Municipal, 1988.

² Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1610, fl. 113, cap. LXXI, sob o título de “Sam Vicente Levita Martyr”, lê-se que “chegando a Lisboa [os homens que haviam ido em demanda do corpo do santo], aos xxv de Setembro daquelle anno 1176, foram apportar ao lugar em que agora está a porta de São Vicente da Mouraria, onde antigamente batia o mar, que foi per tempo afastando-se da terra”.

³ Em outro estudo, escarpelizámos os erros cometidos a este respeito e chamámos a atenção para o equívoco de quem apoiou o arquitecto da Reitoria da Universidade de Lisboa, que se deixou levar pela edição de Duarte Nunes de Leão e colocou em edifício público um erro que diz mal de uma casa que preside a uma instituição de saberes. Cf. Aires A. Nascimento, “Por S. Vicente de Lisboa: ao encontro da Memória, da Festa e da Universidade”, in *So long lives this, and this gives life to thee – Homenagem a Maria Helena de Paiva Correia*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2009, pp. 71-87.

⁴ À data da chegada das relíquias, a 15 de Setembro de 1173, outro exercia as funções que o autor exerce agora: a esse tempo (di-lo Estêvão), pertenciam elas a “mestre Bento, chantre, homem respeitável pela sua figura e modo de vida” (como regista o texto). Estêvão sucedeu-lhe no cargo em data incerta e exerceu o cargo por um número de anos que também não nos é explicitamente conhecido, mas antes de 1195, pois nesse ano já um outro, com o nome de Gonçalo, estava a desempenhar tal cargo; seguramente escreve antes de 1185, pois, a referência no texto a Afonso Henriques dá o rei ainda vivo, em plena posse das suas faculdades e na maturidade dos seus dias, como se assinala no prólogo.

Noutras circunstâncias (de tempo e de lugar), ocupar-nos-emos em aquilatar do seu valor de referência e de significação do texto, tomando em conta sobretudo o contexto e o sincronismo com outros acontecimentos. Aqui, ater-nos-emos apenas a um fragmento, completamente inédito, que tivemos o privilégio de identificar por gentileza de quem se ocupava do estudo da encadernação quinhentista em que tal fragmento se encontrava.

Trata-se de um testemunho que, por conjugação de vários indícios, consideramos dever situar em meados do séc. XIII e que, desse modo, havemos de considerar contemporâneo do sínodo diocesano celebrado em Lisboa pelo ano 1240, ao tempo do sucessor de D. Soeiro Viegas, provavelmente, o bispo D. João I; nas actas desse sínodo regista-se uma determinação que convida a peregrinação anual à igreja de S. Vicente de Lisboa.⁵

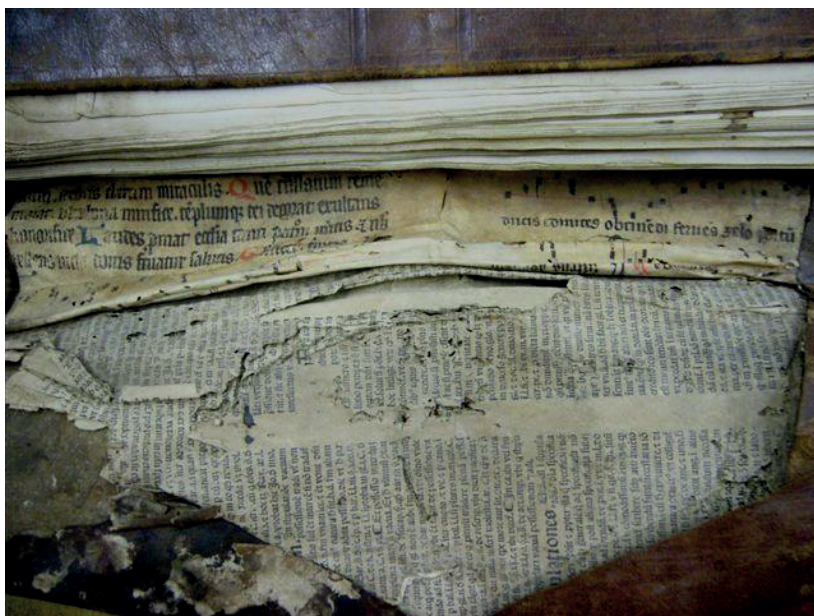
2. Não era conhecido até hoje qualquer testemunho material que documentasse o rito ou os textos de culto prestado ao mártir S. Vicente, nomeadamente com referência explícita à sua entrada na cidade de Lisboa.⁶ As hipóteses aventadas para suprir a falta de dados foram discutidas sem outro fundamento que a conjectura: houve quem tenha aventado que se tomara a liturgia moçárabe preservada pelas antigas populações anteriores à conquista da cidade. Não iremos discutir tais hipóteses: baste-nos salientar que elas levantavam merecidas suspeitas e que, face aos novos dados, se revelam radicalmente destituídas de valor.⁷

⁵ O sínodo de Lisboa de 1240, celebrado sob a presidência de D. Soeiro Viegas, institui a visita regular à igreja catedral, para honrar o mártir S. Vicente; em 1403, o sínodo presidido por D. João Afonso Esteves de Azambuja, legisla contra excessos do culto popular, pois determina que se evitem cantos, danças, bailes e representações nos mosteiros e igrejas desonestos, mormente na festa de S. Vicente. Cf. *Synodicon Hispanum*. II – Portugal, ed. Antonio García y García, Madrid, BAC, 1982.

⁶ Côn. José Falcão, “O Mártir São Vicente e a sua Liturgia”, in *São Vicente, Diácono e Mártir – Padroeiro de Lisboa (1700 anos do martírio de São Vicente)*, coord. Isabel Maria Alçada Cardoso, Lisboa, Centro Cultural Pedro Hispano, 2005, pp. 221-250, traça o desenvolvimento da liturgia vicentina.

⁷ Quanto a prolongamentos de antigas tradições litúrgicas, o Pe. José Correia da Cunha, pároco da igreja de S. Vicente, em conferência no Círculo dos Amigos de Lisboa, em 1954, apontou como vestígios de uma antiga liturgia de S. Vicente de origem moçárabe o uso de algumas estrofes do hino de Prudêncio a S. Vicente e uma roldana de campainhas que servia para tocar durante o cânone da missa. Eram escassos os dados aduzidos e não tem fundamento a persistência de um rito moçárabe, quando o primeiro bispo de Lisboa posterior à reconquista é inglês e quanto da parte de Roma havia diligências para evitar ritos particulares, como se comprova pelas restrições impostas às igrejas de Toledo; não faz sentido pressupor que a comunidade moçárabe existente na cidade durante o regime muçulmano tenha guardado um rito específico, quando nenhuma autoridade lhe era concedida e a manutenção do rito implicava autorização superior. Há porventura

Encontramo-nos agora em posse de um fragmento de um manuscrito trecentista, escondido numa encadernação quinhentista, que nos traz um dado inultrapassável e da maior pertinência para o tema. Estava ele a fazer de reforço de lombada num *Livro de Receita e Despesa da Casa da Moeda*, datado do 1540 – conservado no Arquivo da INCM, 843.⁸ Advertimos nele quando examinávamos os resultados da pesquisa que pessoa a mim associada trabalhava com outro objectivo.⁹



algum equívoco quando se admite solenidade maior que a do rito romano: de facto, o Uso de Sarum, seguido por D. Gilberto, primeiro bispo da Lisboa reconquistada, apresentava algum esplendor do cerimonial em contraste com a sobriedade do Uso romano (aumento de número de ministros e de adereços, além de certas particularidades na ordenação de calendário e de textos; importará reconhecer que a festa de S. Crispim e S. Crispiniano, a 25 de Outubro, data da reconquista de cidade de Lisboa, pertence ao calendário salisburiense). Cf. Charles Walter, *The liturgy of the Church of Sarum*, Londres, 1866; as variantes podem ler-se no artigo “Sarum Rite”, por F. Thomas Bergh, na *Catholic Encyclopaedia*.

⁸ Sobre o arquivo e diversos lugares de sede de instituição, cf. Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, “O arquivo da Casa da Moeda de Lisboa”, *Acervo*, Rio de Janeiro, 10, n.º 1, 1977, 1-10.

⁹ Apercebemo-nos deste fragmento quando fazíamos o acompanhamento da investigação que a Dr.ª Maria Margarida Cunha realizava para dissertação de doutoramento sobre encadernação manuelina; a ela agradecemos ter-nos permitido o aproveitamento de tal elemento, mas temos sobretudo de significar o nosso agradecimento muito particular à Dr.ª Margarida Ortigão Ramos, Directora do Arquivo da INCM, pela compreensão da importância do que estava em causa com a descoberta do fragmento e pelas facilidades que nos concedeu para a recuperação desse mesmo fragmento.

Após alguns momentos de atenção, não nos foi difícil reconhecer que o fragmento pertencera indubitavelmente a um livro litúrgico, com o ofício da trasladação de S. Vicente para Lisboa: certamente por se ter degradado materialmente, foi desmembrado e, por qualquer motivo, acabou nas mãos de quem, por aquela data, se encarregava de encadernar os livros da Casa da Moeda.

É frequente encontrarem-se fragmentos de antigos códices em livros de serviços de instituições do séc. XVI: a explicação está em que, com o advento do livro impresso, o livro manuscrito, sobretudo quando deteriorado, facilmente era arrejado de uso e acabava nas mãos de encadernadores (noutras ocasiões nos ocupámos de materiais assim desviados).¹⁰ Atendamos a este, para lhe restituirmos o valor que lhe pertence.

3. Embora não tenhamos mais que um fragmento da parte superior de um bifólio, é possível deduzir o formato material, a partir da largura que consideramos ter sido preservada na cabeceira. Aplicando o esquema de proporções que habitualmente eram respeitadas no planeamento do livro, obtemos um formato de grandes dimensões, próprias de um volume de estante (como tal, colocado no centro da assembleia de coro para a celebração do Ofício litúrgico).

As medidas reais de cada fólio, à L(argura), são: $26\text{mm} + 262 + 39 = 327\text{mm}$. Se admitirmos a proporção pitagórica (à razão de $4/3$, ou $1,333$) para o formato do fólio, atingiremos a A(ltura) de **436mm**; se, diversamente, conjecturarmos que a proporção é áurea (à razão de $8/5$, ou $1,618$), a A(ltura) seria de **529mm**. O bifólio teria assim uma dimensão próxima de **654mm** (ou seja 327×2) $\times$ **436mm** ou **529mm**. Se, complementarmente, tomarmos como proporções 1: 1: 2: 2, as margens seriam aproximadamente de 26: 52: 52mm, de que resultaria uma caixa de texto de **262 x 350 ou 403mm**. Nestas condições, havemos de concluir que, de facto, se tratava de um livro de dimensão grande, com formato in-folio e em que o bifólio resulta da dobragem de uma pele inteira. Em simulação, teríamos:

¹⁰ Para citarmos apenas alguns dos nossos estudos nesse âmbito, indicaremos: “*Festus ex recensione Pauli: fragmentos de letra carolina em arquivos portugueses*”, *Euphrosyne*, 33, 2005, 429-446; “*Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada*”, *Península*, 2, 2005, 7-24; “*Fragmento olisiponense das Falsas Decretais*”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, vol. I, Coimbra, Edição da Faculdade de Direito de Lisboa, 2010, pp. 37-54.

26mm	26mm	262mm	39mm
436mm ou 529mm	Texto		
52mm			

Analisando a tipologia de letra, reconhecemos estar no âmbito da gótica fracturada primitiva; se atendermos ao traço (como nos confirmou um perito de escrita medieval), temos boas razões para o fazer remontar a meados do séc. XIII;¹¹

¹¹ A peritagem paleográfica do nosso amigo Prof. José María Ruiz Asencio, da Universidade de Valladolid, bom conhecedor dos particularismos das escritas hispânicas que acedeu a examinar a questão, é concludente: "El fragmento de San Vicente es claramente gótico. Solo emplea *d* uncial (*dei, decorat, laudamus, dignis*, etc), y las curvas se unen (*inpellens Ulixbona, Dei, decorat*); pero hay un caso en que no (*honorifice*). Ahora bien, en el desarrollo de la gótica hay un segundo paso gráfico, del XIV en adelante, en el que la curva de la *a* se une a la curva opuesta que le precede; pero esta solución no aparece en el fragmento. Con estos elementos y teniendo en cuenta el aspecto gótico comprimido y alto típico del siglo

poderia parecer que as letrinas das antífonas contrariassem tal datação, mas importará conceder que o desenho delas não está estabelecido com precisão por faltarem tabelas e materiais que possam balizar os limites – pelo que preferimos manter a conclusão retirada da análise paleográfica.

Uma vez que o fragmento apresenta pautado musical, havia que lhe prestar atenção. É da maior importância a análise que nos confiou Manuel Pedro Ferreira,¹² com a competência específica que lhe assiste e que salienta: “Trata-se da variedade portuguesa tardia da notação aquitana, com uso de uma linha única e losango reservado para o grau inferior ao meio-tom diatónico, ocorrendo tanto de forma isolada como em composição. Este tipo de notação musical encontra-se em fontes portuguesas datáveis entre c. 1250 e 1450. Quanto aos conteúdos melódicos, é sobretudo de destacar o uso de um planeamento modal crescente aplicado às antífonas (e talvez aos responsórios) de Matinas e às antífonas de Laudes, procedimento que se generalizou em Ofícios rítmicos compostos no centro europeu a partir do século x, mas do qual não havia sido identificado testemunho em Portugal (à parte as importações) senão um caso tardio, limitado às antífonas de Matinas (no Ofício para a Festa de S. Geraldo de Braga, criado em meados do século xv). O reconhecimento deste método de planeamento musical permite uma identificação mais fina dos elementos conservados no fragmento, nomeadamente, a posição ocupada no Ofício pelas primeiras antífonas e responsórios. A identificação do modo pode fazer-se com segurança mesmo quando só sobrevive no documento a parte final das peças. Assim, as três primeiras antífonas têm as suas melodias vazadas sucessivamente nos modos 1, 2 e 3, o que indica pertencerem ao 1.º nocturno; os dois responsórios que se seguem usam os modos 1 e 2, o que sugere, sem que fique totalmente provado, que a ordenação modal foi também aplicada a este tipo de cânticos. Das antífonas de Laudes, sobrevivem as duas primeiras, em modos 1 e 2; o final da quinta, em modo 5; e a antífona de *Benedictus*, em modo 6.

XIII, yo situaría el códice a mediados del XIII, pues en un caso no une curvas (*honorifice*) y no entiende como curva la panza de la *a*”. É da mais elementar justiça agradecer o douto parecer que dissipou as nossas dúvidas.

¹² Para um enquadramento do nosso testemunho (que se antecipa a outros do nosso meio cultural), cf. Manuel Pedro Ferreira, *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, (EM 33 | EM 34): Vol. I – *Música Palaciana*; Vol. II – *Música Eclesiástica*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian / INCM, 2010.

Ou seja, planeamento modal integral. Quanto ao hino, é provável que se usasse uma melodia tradicional para o tempo de pós-Pentecostes”.¹³

Temos assim exemplificado o nível da cultura musical da escola de Lisboa num tempo em que por lá andava uma personalidade bem conhecida por Pedro Julião (mais conhecido como Pedro Hispano, ou Papa João XXI).¹⁴

O fragmento é, pois, de período posterior ao do relato constituído pelo chantre Estêvão (que, no testemunho existente, corresponde a finais do séc. XII),¹⁵ mas isso não representa factor de demérito, pois, como já referimos, há coincidência com a recomendação feita pelo sínodo olisiponense de promover a peregrinação ao túmulo do mártir na catedral de Lisboa. Quanto aos textos (porque se trata de uma tira de pergaminho mutilada e nalguns pontos há perda de material e apagamento de tinta), não conseguimos recuperá-los inteiramente, mas os elementos reconhecidos são suficientes para nos permitir a identificação da festa litúrgica da Transladação de S. Vicente, em Lisboa – como depreendemos do próprio teor do texto.

Quanto à forma de apresentação, só podemos imaginar que, além das letrinas das antífonas, o códice estaria adornado com alguma grande inicial, ao estilo da que encontramos no caderno dos *Miracula Sancti Vincentii* que identificámos no *Magnum Legendarium Alcobacense* como pertencendo a um estilo fora do enquadramento das restantes iniciais que abrem a legenda de cada santo e que, a seu tempo, atribuímos precisamente ao scriptorium do Cabido olisiponense.¹⁶

4. Importa-nos atender ao texto, pois ele é da maior importância como testemunho. Sigamos a ordem do ofício que nos parece possível recuperar na sequência dos elementos que nos restam, tomando como boa a rubrica que faz a passagem de Matinas para Laudes.

¹³ Deixamos aqui expresso o nosso mais vivo reconhecimento ao Prof. Manuel Pedro Ferreira pelo interesse e celeridade com que aceitou o nosso convite de proceder à análise dos aspectos musicais – semiografia da notação, tipologia dos dados e sua contextualização.

¹⁴ Para uma abordagem sumária desta personalidade, remetemos para o nosso ensaio *Pedro Hispano – Figura maior da cultura portuguesa aberta ao mundo*, Figueira da Foz, Casino, 2010.

¹⁵ Do texto primitivo deve ter havido recensões diversas; os dois testemunhos que nos chegaram não são inteiramente equivalentes nem íntegros: o de Alcobaça é o mais antigo, mas apresenta lacunas devido possivelmente a algum acidente de cópia; há razões materiais (formato e iluminura da capital) que nos levam a considerar que ele foi constituído na catedral de Lisboa a pedido do mosteiro de Alcobaça quando aqui se procedeu à constituição do *Legendarium* do Ofício.

¹⁶ “*Legendarium cisterciense: Lisboa, BN, Alc. 418-422*”, in *A iluminura em Portugal: identidade e influências* – Catálogo de Exposição (26 de Abril a 30 de Junho ‘99), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, pp. 200-203.

4.1. Admitamos que o primeiro fólio é o que se apresenta à direita do bifólio aberto e segue a ordem que vai de Matinas para Laudes (como está expresso numa das rubricas).



angelice.

Psal. Beatus uir (ps 1) *euouae*

antiph. Intrepidus impiis homo

certos ducis comites

obtinendi feruens zelo;

portum petunt sospites¹⁷.

Psal. Quare fre[muerunt gentes] (ps 2). amen

antiph. Tandem corpus exumatur

fluctibus expellentibus (?):

quo comparato collaudatur

Christus in sublimibus.

Psalmus Cum inuocauero (ps 4)

V' Gloria T[rinitati]

angelicamente

Psal. Feliz o homem (psal. 1)

antiph. Homem intrépido és contra os ímpios,

certos conduzes os companheiros,

fervendo em zelo por chegar ao objectivo;

ao porto se dirigem sãos e salvos.

Psal. Porque se levantaram os povos (psal. 2)

antiph. Por fim o corpo é exumado,

contra as ondas que lhe embatem:

sendo ele recolhido, é exaltado

Cristo nas alturas.

Psal. Quando invocar (psal. 4)

V' Glória à Trindade

¹⁷ Ms. *suspites*.

4.2. Do verso do mesmo fólio, recuperamos ainda mais alguns dados do ofício¹⁸:



... sano

transfertur subtilius

P' Leuita

R/ Ut cum sacrum passu graui

mu[tatur], archa clauditur

et inmissum parue naui

claritas diffunditur.

P' Mira cum fragancia

V' Asistentes admirantur;

grande mi[rum] [cont]enplantur

que sit tanta gracia.

P' Mira

R/

Translada-se, com a maior discrição.

P' Diácono

R/ Logo que o corpo sagrado, em passo grave,

se transmuda, a arca fecha-se

e, posto em sossego, no pequeno batel

uma claridade difunde-se.

P' Com admirável fragrância,

V' Os acompanhantes ficam espantados;

grande milagre contemplam

qual seja tamanha graça.

P' Com admirável [fragrância].

¹⁸ A abreviatura P' parece-nos corresponder a *praecentor*, ou seja o chantre que entoava uma fórmula de fácil retenção e que o coro repetia com a mesma melodia; não deixamos de advertir ao facto de que a tradição hispânica, como nos é testemunhada pelo *Breviarum Mixtum*, de Toledo (cf. Migne, PL 86), permite interpretar como *psallendo*. Estamos num ofício coral: a parte antifonal, rigorosamente, supõe uma resposta de um grupo a outro e por isso era não apenas um enunciado de início e fim de salmo, mas também qualquer canto executado por dois coros que alternavam e respondiam com peças cantadas da mesma maneira. Os versículos marcados com V', segundo os liturgistas e os gramáticos medievais, teriam este nome por, de modo breve e alusivo, repetirem o conteúdo das lições ou capítulos ou também remeterem para conteúdo mais largo alargando o sentido da festa; versículos e responsórios, R', são assim chamados porque os dois grupos em que estava dividido o coro (ou o chantre e o coro) se viravam um para o outro e dialogavam entre eles cantando as partes respectivas. Para uma informação circunstanciada do Ofício divino, cf. Charles Villi, *Le Bréviaire Expliqué*, Paris, P. Téqui, 1935.

4.3. No início do fólho seguinte, encontramos elementos que nos permitem chegar ao reconhecimento do final de Matinas e passagem para a Hora de Laudes:



[sa]cris

uirescit miraculis

P' Mira

V' Gloria patri et filio et spiritui sancto.

Te deum laudamus

V' Ora pro nobis beate [Vincenti]¹⁹

*

In laudibus antiphona

Extollamus creatori

creaturis digniori

laudes in hiis laudibus.

Psalmus Dominus regnat (Ps 92)

Antiphona In nobis et ardor mentis

noue conferatur(?)

floresce em milagres

P' Com admirável [fragrância]

V' Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo.

Te deum laudamus

V' Rogai por nós, bem-aventurado Vicente

*

Antífona para Laudes:

Ergamos ao Criador,

Mais digno que as criaturas,

Louvores nestas Laudes.

Psal. O Senhor reina (ps. 2)

Ant. Em nós também o ardor do espírito
em novidade seja conferido...

¹⁹ Admitimos que o copista se serve de um formulário comum e não acrescentou o nome próprio de Vicente, como seria de esperar.

4.4. É da maior importância o conteúdo do fólio seguinte, pois nos coloca perante os factos a que se reporta a celebração.



No início do verso do fólio, lemos sob uma pauta:

*Laus martiri Vincencio, euouae*²⁰.

Louvor ao mártir Vicente.

capitulum: *Beatus uir qui in sapientia* [Eccles. 14, 22]²¹.

Cap. Feliz o homem que na sabedoria (Eccles. 14, 22)

²⁰ *Euouae* é uma mnemónica composta pelas vogais da sequência final da doxologia *Gloria Patri – seculorum Amen*; indica a melodia final de cada versículo da salmodia do ofício litúrgico.

²¹ Porque nos atemos à abreviatura *cp* com til, interpretamos como *capitulum*; por associação, parece-nos estar perante a capitula que corresponde a uma das leituras da liturgia (epístola) tal como a vemos descrita pelo Con.º José Falcão, loc. cit., p. 227 (segundo daí podemos inferir, os testemunhos recolhidos vão até ao séc. XI e apontam para que se trata da epístola mais comum); anotamos, por outro lado, que a missa de Braga (e de Saragoça) não coincidia com a que vemos testemunhada pelo nosso fragmento e que teria correspondência, ao menos para a epístola, na “antiga” liturgia, no formulário anterior à “reforma de São Pio X”.

Imediatamente depois, surge o **Hymnus**²²: está em linha corrida, mas facilmente o podemos dividir formalmente em três estrofes de quatro versos, mais um primeiro verso de uma outra supostamente conhecida; o texto é explícito na referência a Vicente trazido para a cidade e ao seu culto.

*Celsi tonantis premium
sacris refulget titulis
qui transtulit Vincencium
crebris clarum miraculis.*

Do excelso Tonante prémio
refulge com sagrados títulos
aquele que transportou Vicente
preclaro em repetidos milagres.

*Quem translatum rememorat
Ulixbona mirifice,
templumque dei decorat
exultans honorifice.*

Ao que foi transportado relembra
Lisboa em modo admirável
e o templo de Deus embeleza
exultante com tanta honra.

*Laudes promat ecclesia
tanti patroni meritis
et nobis pellens vicia
donis fruatur salutis.*

Louvores erga a Igreja
aos méritos de tão grande patrono
e, de nós expulsando os pecados,
desfrute dos dons da salvação.

Glorificetur Trinitas....

Glorificada seja a Trindade...

V' Iustus germinabit sicut [lilium] (Os., 14, 6)

O justo germinará como [o lírio]

*Langores oppresio
huic subiecis careat
claritate(?)...*

Tormentos, opressão,
a este submetes; fique
sem claridade....

5. É evidente que neste testemunho fragmentário estamos perante elementos do ofício que celebrava a invenção de S. Vicente e a chegada do corpo do mártir à cidade de Lisboa.

Os vários elementos de antífonas são formalmente ritmados: isso é por demais evidente no *Hymnus* de Laudes que assume os louvores do sarcófago que

²² Pelo seu carácter inédito deverá ser acrescentado ao repertório de hinos medievais hispânicos dos *Annalecta Hymnica Medii Aevi*, vols. 16, 17, 27: cf. Joseph Szövérfy, *Iberian Hymnody – Survey and Problems*, Wetteren, Classical Folia, 1971.

transportou as relíquias e perante o qual têm lugar reiterados (*crebris*) milagres; a forma métrica do verso é por demais conhecida: octossilábica, correspondente ao dímeter jâmbico, palavra final proparoxítona (8pp), excepto no último verso da terceira estrofe, que é paroxítona (8p); a rima segue o esquema *abab*.²³

Quanto ao enunciado, serve-se da terceira pessoa (e não da segunda para se dirigir ao santo) e enuncia o louvor colectivo que vem de toda a cidade de Lisboa (*Ulixbona*) que, exultante de alegria, acorre ao templo, para honrar o corpo do mártir S. Vicente, esperando obter o perdão das culpas e o gozo de dons divinos. O tema do louvor e da confissão dos pecados é bem ao estilo de Prudêncio e neste pode o nosso autor ter tomado algum modismo para enunciar o louvor exultante da cidade perante o seu patrono.²⁴ Infelizmente, pelo estado em que nos chegou o fragmento, não conseguimos recuperar um segundo cântico, de cujo texto a custo adregamos reconstituir uma linha.

Estamos, assim, com um hino em que a trasladação (não o martírio) é objecto de referência e de celebração: Lisboa com a sua sé-catedral é o lugar em que o túmulo do mártir é ponto de rememoração e de milagres. O autor é sensível ao Deus de Majestade que faz parte das representações maiores da tradição nos tímpanos das catedrais – o Cristo apocalíptico, que vem acompanhado dos anjos e convoca os homens para o Juízo. Esse mesmo autor conhece porventura também expressões que se aplicam à divindade suprema, como revela o primeiro verso em que se alude a Deus na qualidade de *Celsus Tonans*. É sabido que o imperador Augusto, em 1 de Setembro de ano 22 a.C., dedicou a Júpiter Tonante um templo no Capitólio, pelo facto de ter escapado a um raio durante a campanha militar na Cantábria, em 26 a.C.: não presumimos que tal referência coubesse na cultura do autor do hino da trasladação, mas admitiremos facilmente que, embora nas fontes nada se refira a um cenário como este, terá ele sido recriado, por verosimilhança, para a campanha de recuperação das relíquias de S. Vicente. Assim o hino configura a imagem de Deus soberano dos elementos naturais, que preside aos acontecimentos que haviam levado à identificação do túmulo do santo.

²³ Cf. Dag Norberg, *Introduction à l'étude de la versification latine médiévale*, Estocolmo, Almqvist & Wiksell, 1958, Id., *Les vers latins iambiques et trochaïques au Moyen Âge et leurs répliques rythmiques*, Estocolmo, Almqvist & Wiksell, 1988.

²⁴ Admitimos que o copista se serve de um formulário comum e não acrescentou o nome próprio de Vicente, como seria de esperar.

Note-se, complementarmente, como, logo a partir dos primeiros versos, a atenção é dirigida para o próprio sarcófago; este é personificado: quando esperaríamos um neutro *quod* lemos um masculino *qui*.

6. Há novidade e inovação por parte da catedral de Lisboa no culto ao mártir S. Vicente. Essa novidade ganha tanto maior relevo quanto se pode comentar à luz da anotação que Faustino Arévalo, no séc. XVIII, colocava ao hino da festa daquele mártir: estranhava ele que, havendo uma devoção tão entranhada por S. Vicente, não se lhe conhecesse hino diferente daquele que lhe cantava a Igreja universal; a surpresa só parecia ter uma resposta na categoria da festa (semidúplice), mas tal resposta não podia ser senão de perplexidade, acrescentava aquele erudito, pois eram conhecidas liturgias particulares, como as dos Cónegos Regrantes de Paris que celebravam o mártir Vicente com hinos em estilo humanista.²⁵ Afinal, a catedral de Lisboa tivera liturgia própria para a festa da recepção do santo mártir.

Interpretando estes elementos, no seu conjunto, não duvidamos em reconhecer que estamos perante testemunho do antigo ofício da Sé de Lisboa. Aproximativamente, tanto quanto conseguimos recuperar, esses elementos correspondem ao ofício que o *Proprium* de Lisboa deve ter mantido ao longo de séculos para a *Transladação de S. Vicente*²⁶, celebrada no dia 15 de Setembro, primeiro, e depois transferida para o dia seguinte, 16, mas obliterada com o tempo, apesar das reacções em contrário por parte de algum cónego mais zeloso em manter a memória.²⁷ Se, como é reconhecido pela análise paleográfica, podemos datar o nosso fragmento de c. 1250, não podemos desprezar a coincidência com o tempo em que o sínodo de Lisboa, celebrado c. 1240, determinava que “os sacerdotes recomendassem aos seus paroquianos tanto em confissões como em pregações (...) que

²⁵ Faustino Arévalo, *Hymnodia Hispanica*, Roma, Typographia Salomoniana, 1786, p. 249 ss.

²⁶ Sublinhe-se que, embora se tenha feito tal transferência, as lições do Ofício continuavam a sublinhar que a chegada das relíquias tivera lugar “decimo septimo Kalendas Octobris, anno redemptionis humanae millesimo centesimo septuagesimo tertio, regni vero Alphonsi primi quadragesimo quinto”: em calendário moderno, o acontecimento corresponde a 15 de Setembro. Servimo-nos da edição dos *Officia Propria pro Dioecesis Lusitaniae*, Tournai, Desclée, 1952.

²⁷ Cf. Aires A. Nascimento, “Por S. Vicente de Lisboa: ao encontro da Memória, da Festa e da Universidade”, in *So long lives this, and this gives life to thee – Homenagem a Maria Helena de Paiva Correia*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2009, pp. 71-87.

ao menos uma vez no ano visitassem a igreja de Lisboa para honrarem o muito glorioso mártir S. Vicente”.²⁸ Parece-nos lícito considerar que, por meados do séc. XIII, o culto dele na catedral de Lisboa ganhou expressões solenes e alargadas.

Quanto ao ofício, se o esquema de base se atém ao Comum de um Mártir para a Salmodia, os elementos complementares (antífonas e responsórios, mas sobretudo o hino de Laudes, dado mais caracterizador) são específicos e não se confundem com os do Comum.

7. Relativamente ao testemunho material, por razões que, de algum modo, se podem imaginar (quer quanto a degradação natural quer por desinteresse na celebração), em meados do séc. XVI, o manuscrito é abatido e acaba nas mãos do encadernador dos *Livros de Receitas e Despesas da Casa da Moeda*, instituição ao tempo situada já na chamada Rua Nova, próxima do Paço Real.

Não tinha o códice porventura o esplendor de outros manuscritos, mas tinha a estrutura dos elementos litúrgicos bem delimitados por capitais e rubricas, para diferenciação funcional de tamanho e cor.

A pauta musical é, por seu lado, um dado a juntar aos escassos testemunhos que nesse domínio nos restam.²⁹ Advertimos também nas letras de aviso deixado pelo copista do texto para o rubricador: também isto nos remete para uma instituição em que as funções de execução do livro estavam distribuídas por agentes diversos.

Enfim (para concluir):

- 1) A instituição que terá dado origem ao manuscrito é com toda a probabilidade a Sé de Lisboa;
- 2) Essa instituição preparou os elementos litúrgicos para a celebração solene da festa da Trasladação das relíquias de S. Vicente;
- 3) Possivelmente o incremento do culto na catedral tem relação com a orientação deixada nas definições do sínodo presumivelmente presidido pelo bispo, D. João I, de promover a devoção ao mártir levando os fiéis da diocese a visitarem o seu túmulo ao menos uma vez por ano;

²⁸ *Synodicon Hispanum. II – Portugal*, ed. Antonio García y García, Madrid, BAC, 1982, p. 293, n.º 23.

²⁹ *Hispania Vetus – Manuscritos litúrgico-musicales de los orígenes visigóticos a la transición francorromana (siglos IX-XII)*, ed. Suzana Zaple, Bilbao, 2007.

- 4) Comprovadamente (havemos de reconhecer), ao relato do chantre Estêvão sucederam-se expressões litúrgicas do culto prestado ao mártir S. Vicente na Sé de Lisboa.

Faltavam provas: este testemunho vem trazê-las. Ainda que de carácter fragmentário, é dado relevante. Também aqui vale a recomendação evangélica: *colligite quae superauerunt fragmenta, ne pereant* (Iohan., 6, 12). A nossa situação é inversa à da multiplicação dos pães, pois é deficitária; basta-nos, porém, este fragmento para nos sentirmos cumulos.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 20 DE JANEIRO DE 2011)